

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.619 - PR (2019/0283918-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : RODRIGO PONTES CLEMENTINO DE SOUZA
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO GARCIA DA FONSECA - PR054108
RECORRIDO : BIO ATIVOS COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE
RECORRIDO : FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
RECORRIDO : EDSON JOSE DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : LEANDRO PIEREZAN - PR042110
FRANCIELO BINSFELD - PR049116

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **RODRIGO PONTES CLEMENTINO DE SOUZA**, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 717, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEGITIMIDADE PASSIVA PARA A CAUSA. PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO QUE O DEIXA PARA CONserto EM CONCESSIONÁRIA. ACIDENTE OCORRIDO QUANDO O PREPOSTO DA CONCESSIONÁRIA FAZIA TESTES COM O VEÍCULO. ILEGITIMIDADE PASSIVA PARA A CAUSA DO DONO DO VEÍCULO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

Nas razões do recurso especial (fls. 735-742, e-STJ), o recorrente aponta ofensa aos artigos 186 e 927 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, legitimidade passiva do proprietário do veículo, alegando que ele deve responder de forma solidária com o condutor pelos danos causados na condução do automóvel.

Contrarrazões às fls. 824-827, e-STJ.

Após decisão de admissibilidade do recurso especial (fls. 830-831, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. O recorrente aponta violação aos artigos 186 e 927 do Código Civil, sustentando a legitimidade passiva do proprietário do veículo, alegando que ele deve responder de forma solidária com o condutor pelos danos causados na condução do automóvel.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 718-719, e-STJ):

1. O agravante e os agravados, em particular a coagravada Bio Ativos Comércio de Comésticos Ltda. EPP, litigam em um processo de ação de indenização para reparação de danos (patrimoniais e extrapatrimoniais) provocados em um acidente de trânsito.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

Dois fatos são incontroversos – a entrega pela primeira agravada do veículo à segunda agravada para conserto e a condução dele pelo terceiro agravado, preposta dessa, que o testava ao envolver-se no acidente de trânsito.

O exame da legitimidade da primeira agravada deve partir dessa situação legitimante exposta pelo agravante – a transferência da guarda jurídica.

Em casos assim, salvo prova da culpa do proprietário ao escolher, mal, a oficina mecânica, fato, no entanto, não alegado pelo agravante, ele não responde por eventual acidente de trânsito causado pelo preposto da concessionária. Falta-lhe o requisito guarda jurídica do automotor, transferida nessa hipótese, legitimamente, à concessionária ou ao mecânico (RODRIGUES, Silvio, Direito civil, 20.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 115-6, v. 4).

Nesse sentido:

(...)

Desse modo, de falta à primeira agravada legitimidade para a causa. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, na hipótese, consignou que as partes "litigam em um processo de ação de indenização para reparação de danos (patrimoniais e extrapatrimoniais) provocados em um acidente de trânsito" e reconheceu a ilegitimidade passiva *ad causam* do proprietário do veículo, por entender que a entrega do bem à concessionária para conserto transfere a guarda jurídica do automotor.

Entretanto, no que diz respeito à solidariedade, a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que "o motorista e o proprietário do veículo automotor respondem, de forma solidária, pelos danos causados em acidente de trânsito". Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TRANSPORTE DE SIMPLES CORTESIA. PROPRIETÁRIO E CONDUTOR. SOLIDARIEDADE. ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. DECISÃO MANTIDA. 1. "A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o proprietário do veículo automotor responde, solidária e objetivamente, pelos atos culposos de terceiro condutor" (AgInt no AREsp n. 1.243.238/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/2/2019, DJe 20/2/2019). 2. O conhecimento do recurso especial fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação dos dispositivos legais que supostamente foram objeto de interpretação divergente. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.662.465/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27.05.2019, DJe 30.05.19) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. VIOLAÇÃO ART. 535 DO CPC/1973. ART. 131 DO CPC/1973. AÇÃO MOVIDA CONTRA A LOCADORA DO VEÍCULO (PROPRIETÁRIA) E A LOCATÁRIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SÚMULA 492 DO STF. 1. (...) 3. **Em acidente**

automobilístico, o proprietário do veículo responde objetiva e solidariamente pelos atos culposos de terceiro que o conduz, pouco importando que o motorista não seja seu empregado ou preposto, uma vez que sendo o automóvel um veículo perigoso, o seu mau uso cria a responsabilidade pelos danos causados a terceiros. 4. Provada a responsabilidade do condutor, o proprietário do veículo fica solidariamente responsável pela reparação do dano, como criador do risco para os seus semelhantes. (REsp 577902/DF, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2006, DJ 28/08/2006) 5. Há responsabilidade solidária da locadora de veículo pelos prejuízos causados pelo locatário, nos termos da Súmula 492 do STF, pouco importando cláusula consignada no contrato de locação de obrigatoriedade de seguro. 6. Recursos especiais não providos. (REsp 1.354.332/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23.08.16, DJe 21.09.16) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IRMÃO DA VÍTIMA. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. (...) 2. **Segundo a jurisprudência do STJ, o proprietário do veículo responde solidariamente pelos danos decorrentes de acidente de trânsito causado por culpa do condutor, pouco importando que ele não seja seu empregado ou preposto, ou que o transporte seja oneroso ou gratuito. Precedentes.** 3. Assentada pela Corte de origem a premissa fática de que um dos demandados é o proprietário do automóvel, o qual confiou o bem ao condutor que culposamente deu causa ao evento danoso, a responsabilidade solidária daquele tem que ser reconhecida. Modificar essa conclusão implicaria rever o quadro fático delineado no acórdão recorrido, o que é vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ. 4. Em razão das peculiaridades do caso em análise, o valor arbitrado a título de dano moral não se mostra excessivo a justificar a intervenção desta Corte. 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AgInt no AREsp 982.632/RJ, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12.06.18, DJe 22.06.18) [grifou-se]

Com efeito, nos termos do entendimento deste Tribunal Superior, o proprietário do veículo responde solidariamente pelos danos decorrentes de acidente de trânsito causado por culpa do condutor, pouco importando que ele não seja seu empregado ou preposto ou que o transporte seja oneroso ou gratuito.

Assim, o entendimento do Tribunal de origem, no ponto, destoa da jurisprudência desta Corte Superior sobre a matéria, merecendo prosperar a irresignação do recorrente para reconhecer a legitimidade passiva do proprietário do veículo para responder pela ação de reparação de danos.

2. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial para reformar o acórdão recorrido e reconhecer a legitimidade passiva *ad causam* do proprietário do veículo, determinando o retorno dos

Superior Tribunal de Justiça

autos ao Tribunal de origem para que prossiga no seu julgamento, como entender de direito.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

